

**Direito à paisagem, experiências paulistanas:
a gênese dos parques lineares na cidade de São Paulo (1987-1994)**

SESSÃO TEMÁTICA: DIREITO À PAISAGEM

CATEGORIA: ARTIGO SOBRE TRABALHOS PRÁTICO/PROFISSIONAIS

Autora: Saide Kahtouni

RESUMO

Este trabalho, especialmente preparado para o 7º CIAP, apresenta algumas experiências pioneiras no espaço urbano da cidade de São Paulo, relacionadas às questões do reconhecimento e à evolução do direito à paisagem, que, concluímos, com o passar do tempo muito evoluiu, numa cidade onde a economia e o empreendedorismo das construções, historicamente, foi o principal fator gerador das intervenções no espaço urbano, fosse privado ou público. Consideram-se os primeiros parques lineares em São Paulo, como significativas iniciativas concretas e em larga escala, para a criação de áreas de maior permeabilidade e de lazer em áreas periféricas da cidade, pois, foram, desde os primórdios, executados com ativa participação da população nas formulações de programas e anseios. Esse texto tem por base alguns documentos técnicos esparsos, arquivados há cerca de 35 anos por escritórios técnicos e setores da prefeitura. Além disso, a própria evolução da legislação ambiental e de proteção à paisagem, foram fatores preponderantes, conforme se conclui e claro, alguns textos conceituais de cabeceira, o que não pode faltar na estante dos práticos.

PALAVRAS-CHAVES: Direito à paisagem – parques lineares – participação da população

ABSTRACT

This work, specially prepared for the 7th CIAP, presents some pioneering experiences in the urban space of the city of São Paulo, related to issues of recognition and the evolution of the right to landscape, which, we conclude, evolved over time in a city where the economy and construction entrepreneurship, historically, was the main factor generating interventions in urban space, whether private or public. The first linear parks in São Paulo are considered to be significant concrete and large-scale initiatives for the creation of areas of greater permeability and leisure in peripheral areas of the city, as they were, from the beginning, carried out with the active participation of population in the formulation of programs and desires. This text is based on some scattered technical documents, archived around 35 years ago by technical offices and sectors of the city hall. Furthermore, the evolution of environmental legislation and landscape protection were preponderant factors, as can be concluded, and of course, some important conceptual texts, which cannot be missing from the practical bookshelf.

KEYWORDS: Right to landscape; linear parks, popular participation

1 INTRODUÇÃO

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade

(Henry LEFEBVRE, 1968).

O mundo passou por significativas mudanças a partir das gerações de 1968.



Não pretendo aqui falar especificamente sobre tais transformações, mas apenas lembrar essa data, 1968, como um marco histórico mundial, descrito por diversos autores, e, para quem queira se aprofundar, sugiro a leitura do internacionalmente conhecido Eric HOBBSBAWN, 1995 e do depoimento de AARÃO REIS, historiador carioca que durante os anos 1960 habitou em Paris. O artigo foi escrito em 1988, e foi intitulado “O ano mágico” (AARÃO REIS: 2008). E foi exatamente nessa atmosfera que se gerou a obra filosófica “O DIREITO à CIDADE” escrita pelo francês Henry LEFEBVRE:1968), e depois traduzida por todo o mundo ocidental.

Logo em seguida, aconteceu a Conferência de Estocolmo, em 1972, importante marco na história dos movimentos ambientalistas¹, onde se pontuaram princípios que vinham sendo apresentados por vários teóricos desde a década de 60, muitos deles ligados a uma nova visão da paisagem, agora também vista como reflexo das condições ambientais, proporcionadas pelas ações humanas.

Aqui no Brasil, apesar de algumas pesquisas e estudos científicos de grande valor para a área ambiental terem sido produzidas no âmbito acadêmico desde a década de 70, o fato de se ter compulsoriamente obrigado por Lei, os empreendedores, fossem públicos ou privados, a estudar os impactos de suas ações sobre o Ambiente adjacente, em diversas escalas aproximativas e cumulativas, ao início da década de 1980, trouxe em seu bojo uma transformação real e significativa dos procedimentos da implantação de novas obras de porte, pelo simples fato de terem que apresentar previamente os estudos ambientais para os organismos de licenciamento e conselhos populares, que passaram a existir, colocando seus projetos em discussão, e, assim, abrindo portas para novas maneiras de tratar as nossas paisagens e também as populações que nelas habitam.


A grande inflexão legal para mudanças no modus-operandi de obras públicas e privadas nas grandes metrópoles brasileiras foi a aprovação e publicação, em 1981², da nossa legislação ambiental federal, que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente, que previa uma estrutura mínima de controle em diversas esferas autárquicas, que foram, a partir daí, se estruturando localmente, ao longo das décadas de 1980-1990, de forma considerada internacionalmente pioneira. Ainda pelos anos 1980, foi realizado o processo de revisão da nossa Carta Magna, sob a luz de um novo período de nossa história política, e diante de muitas aberturas, conquistadas. Publicou-se, assim, em 1988, a nova Constituição brasileira, onde foi instituído o Capítulo sobre “Meio Ambiente” e seu artigo 225³, um marco histórico nacional para os ambientalistas, após grande atuação política e mobilização dos Arquitetos e Urbanistas, unidos a outras profissões, conforme diversos depoimentos.

Desta forma, a questão ambiental estava posta como parte dos procedimentos projetuais e construtivos para obras significativas em todo o território nacional, olhando-se também para a preservação e direitos da população, e para a própria natureza dos lugares, ambientes e paisagens de nosso imenso País.

¹ UN. **Report of the World Commission Environment and Development.** *Our common future.* United Nations, Stockholm: 1972.

² Lei Federal n. 6938 (31/08/1981). Essa lei foi alterada ao longo dos anos, por diversas substituições.

³ Art. 225. *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*



Essa alteração legal constitucional, depois devidamente e sucessivamente regulamentada, aliada ao arcabouço anterior, o de 1981, foi estrutural para alterar as metodologias de projeto e trouxe uma nova forma de se pensar as ações concretas sobre a paisagem e o ambiente. Possibilitou criar e reforçar a visão de que seria possível adotar procedimentos para a monitoração e a mitigação dos impactos, que seriam elencados e apresentados para cada caso específico, considerando os direitos de seus habitantes e se refletiu sobre as escalas locais, conforme o exemplo que se descreverá adiante.

2 A GENESE DOS PARQUES LINEARES PAULISTANOS - OBRAS PIONEIRAS

Este é um registro de memórias de um momento que será aqui designado “transitório”, no qual algumas ações pontuais puderam se realizar de forma prática, no que tange a alguns procedimentos inovadores, pois que foram contemporâneos às primeiras publicações esparsas e pioneiras de alguns instrumentos legais e políticas capazes de garantir alguns sonhos, e, que ainda hoje encontram-se muito pouco elucidados.

Desta forma, essa minha vivência e o testemunho dos anos 80-90, que hoje alcançariam mais de 30 anos, vão nos deixando uma distância segura, para que primeiras análises de caráter histórico dos próprios processos vividos, possam ser empreendidas nos dias de hoje, meditando-se sobre as ações daquele primeiro tempo.

2.1 Contexto legal específico de tais ações em São Paulo


A partir de 1987, na gestão do primeiro prefeito eleito por voto para a cidade de São Paulo, depois de 23 anos de jejum das votações, o geógrafo e professor Jânio da Silva Quadros (mandato de 01/01/1986-01/01/1989), a Prefeitura Municipal de São Paulo decidiu dar continuidade aos pedidos de financiamento solicitados pelo prefeito antecessor, o engenheiro Mario Covas Jr., cujo mandato encerrou-se em 1º de janeiro de 1986, e que havia, em conjunto com sua equipe, idealizado o “Programa de Canalização e Obras Viárias” da municipalidade para diversos córregos da cidade, situados em áreas periféricas, em sub-bacias do rio Pinheiros e do Alto Tietê, o chamado “PROCAV- Programa de Canalização e Obras viárias da cidade de São Paulo”, depois chamado o “PROCAV-1”(KAHTOUNI, 2004 e TOMINAGA,2006).

Naquela ocasião, muitas canalizações de córregos já haviam sido realizadas na cidade de São Paulo, durante o século XX, e sempre com uma mesma lógica, usando muito concreto, através de galerias, muitas delas em continuidade aos planos do antigo prefeito Prestes Maia, iam preferencialmente “soterrando” cursos d’água sob avenidas, conforme ocorreu com as tradicionais avenidas 9 de julho, Pacaembú, Sumaré e muitas outras na cidade, como já é sabido.

Estudando cronologicamente a fase mais contemporânea de tais projetos e obras, a visão de diversos pesquisadores nos mostra que se consideram, em geral, dois momentos importantes do ponto de vista das realizações deste tipo de obra:

1. As obras advindas dos Planos da PLANASA (CASTRO:2020)
2. As obras a partir dos anos 2000, quando tivemos uma importante inflexão legal, possibilitada pelo Estatuto da Cidade⁴ bem como revisões dos antigos Planos Diretores,

⁴ Lei Federal n. 10257 de 10/07/2001, que estabeleceu normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.



agora incorporando oficialmente os desdobramentos da legislação ambiental desenvolvidos na década de 90. (NAGANO, GONÇALVES:2018); (CASTRO:2020).

No entanto, o, que chamarei aqui de momento transitório, situado entre estas duas fases acima, entre a segunda metade da década de 80, quando foram solicitadas pela municipalidade de São Paulo, ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, e assim obtidas verbas significativas, voltadas para a execução de novas avenidas de fundo de vale, e o ano-marco de 1990, (ocasião da sedimentação da publicação pioneira de 1990, da Lei orgânica do município de São Paulo⁵) culminando em 1992, momento em que se chegou às novas configurações dos parques lineares, oriundos de novo *modus operandi*, trazido pela administração de Luiza Erundina, foi um período muito pouco estudado pelos pesquisadores, ainda que se tratasse de momento originário de novas práticas, que foram sendo consagradas ao longo do percurso, e adentrando, depois, os anos 2000.

Será importante compreender historicamente, que, na verdade, as novas avenidas eram o grande direcionador das localizações das novas obras propostas, que privilegiavam a reestruturação viária da cidade, ponto principal dos Programas viários originais, que traziam a tradição dos planos anteriores, mas ali se apresentaram, do ponto de vista das obras de canalização algumas características já diferenciadas dos novos canais do PROCAV 1, muitos deles agora projetados abertos e não tamponados, mesmo que ainda considerassem as suas paredes em concreto, em secções retangulares, a exemplo das avenidas mais recentes como a avenida do Estado, Av. Caetano Álvares e as marginais aos rios Pinheiros e Tietê, consolidadas ainda na década de 70.

O fato a ser destacado, para entendimento das mudanças em relação ao tema do direito à paisagem, é que, apesar da aparência de modernidade desses projetos de novos eixos de circulação viária, priorizando o automóvel, nada havia nos projetos anteriores como referência para a realização de parques ou áreas verdes, aproveitando estas situações e, diante de tal magnitude de obras, alguns corajosos arquitetos urbanistas estavam publicando, nessa década de 80, algumas opiniões críticas através de artigos em jornais e revistas.

É fato, também, que em São Paulo, cidade, se considerou cedo a participação popular em seus procedimentos, tais como ocorreu em algumas outras capitais do País, situadas também no eixo Sudeste- sul, como Porto Alegre, e, também, especialmente em Curitiba (GOMES: CHIESA:2006).

Naquela ocasião, 1987, a autora deste texto, ainda muito jovem, foi convidada a participar da equipe de gerenciamento das obras de implantação das tais avenidas. Estava ela já posicionada naquela empresa de engenharia, que era vinculada a atividades de gerenciamento de grandes obras de infraestrutura, tendo sido parte de uma equipe para projeto de cidade para trabalhadores de usina hidroelétrica situada no sul do País em 1986, onde logo estaria vivenciando de uma forma prática, algo bem próximo de seu futuro objeto de estudos do Mestrado na FAUUSP, iniciado em 1987, acerca do Rio Tietê e seus reservatórios (PROOST DE SOUZA: 1993), sob a orientação da Profa. Miranda Magnoli, justamente na mesma empresa que gerenciara a obra de Itaipu e outras obras de usinas hidroelétricas do País, a Logos Engenharia S.A. Foi dentro desse contexto, da década de 80, que esteve presente na implantação destas vias e canais paulistanos, onde se apresentaram diversos engenheiros e especialmente o Eng. Renato Mattos Zuccolo, trazendo a visão da técnica hidráulica instituída, porém, tendo ele iniciado pioneiramente um movimento técnico pela redução das velocidades de vazões

⁵ Lei orgânica do Município de São Paulo, Lei Municipal n. 0, de 04 de abril de 1990



propostas para as futuras canalizações, o que já seria para a época uma grande revolução, defendida primeiramente por Manoel Henrique Campos Botelho desde 1985 (BOTELHO:2017).

Tal corrente da engenharia de canais, concentrava-se em discutir a mudança da secção reta para a trapezoidal nos canais, inspirado em Saturnino de Brito, conforme publicou posteriormente (ZUCCOLO:2000). Assim sendo, através de um diálogo urbanístico e arquitetônico com estes sábios engenheiros hidráulicos e com os engenheiros de obras, se obteve um espaço para pensar projetos diferentes para tais áreas, que originalmente seriam apenas avenidas asfaltadas, ladeando meros canais de concreto e que definitivamente não levariam em conta a população lindeira a esses espaços em nenhum dos projetos.

2.2 O passo a passo para as melhorias, rumo aos primeiros parques lineares

2.2.1 Um breve diagnóstico

Sob uma visão histórica dos procedimentos técnicos ligados ao Urbanismo, pode-se afirmar que ainda imperava o modus-operandi da desmonte do Morro do Castelo ocorrido no Rio de Janeiro, pelo Plano Pereira Passos, iniciado em 1903, na antiga capital federal, através da visão sanitaria, que se verificou ainda imperar ao longo de décadas do século XX, nas heranças paulistanas dos projetos de Saturnino de Brito para o Tietê (1925) e depois, considerando-se os Planos de Avenidas dos prefeitos Prestes Maia (1929-30) e prefeito Faria Lima, (década de 60), em São Paulo (KAHTOUNI:2004).

Observou-se que este tipo de conjunto de obras (canal + avenidas) perfazia, em média, cerca de 2 a 3 quilômetros de extensão e entre 50-100 metros de largura no sentido transversal. Uma área considerável para ser ocupada apenas por avenidas e canal e prevendo-se, ainda, na época, 1987, uma calçada padrão, de concreto, estimada teoricamente em 3 metros ao longo das obras para fins de dotação orçamentária, a serem executados em locais onde não havia verticalizações, nem centralidades.

Pelos curtos prazos, os habitantes da vizinhança, especialmente os irregulares, eram vistos como obstáculos à execução do conjunto, e nos primórdios do programa PROCAV ⁶, a grande preocupação com a população lindeira, na verdade era sobre a sua remoção. Por esse motivo e necessidade de agilizações havia uma interface da coordenação das obras e do Grupo Executivo do Programa de Canalização e Obras Viárias (GEPROCAV), com os dois departamentos da prefeitura que cuidavam respectivamente dos processos de desapropriação, o Departamento DESAP, e o das remoções das favelas e reassentamentos, o Departamento HABI, cada um deles situado numa Secretaria específica, fora de SVP- Secretaria de Vias Públicas, a Secretaria que contratava as referidas obras.

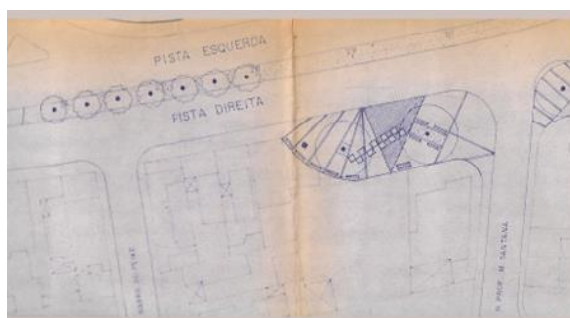
No pacote das obras não era prevista verba alguma para arborização, tampouco desenho detalhado ou diferenciado de calçadas ou áreas para descanso nos percursos ou espaços com equipamentos de recreação. Tínhamos ainda, um projeto em desenho retilíneo, de avenida+canal, cortando trechos de bairros distantes, de forma violenta, e que além da faixa estrita de obras, contava em geral com um acréscimo variável de algumas áreas remanescentes das desapropriações, quando propriedades regulares, pois as construções existentes seriam parcialmente ou totalmente demolidas e conforme o formato dos lotes, deixavam algumas situações irregulares nas bordas do desenho linear da engenharia de tráfego, que se observava

⁶ PROCAV 1 – Programa de canalização e Obras Viárias da PMSP, promovido pela então designada Secretaria Municipal de Vias Públicas a partir de 1987, e gerenciado por equipe contratada (LOGOS ENGENHARIA-GEPROCAV) e diretamente ligado ao BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento.

serem costumeiramente invadidas por pequenas oficinas, estabelecimentos e outras ocupações irregulares na posse da terra urbana, após a entrega das obras viárias.

Pois, diante de tal oportunidade, tratamos logo de “tomar a posse coletiva dessas áreas, propondo-se uma forma de desenho da chamada “urbanização”, que envolveria os primeiros tratamentos paisagísticos para as tais áreas remanescentes; como no exemplo abaixo, que comentaremos mais adiante, visto que naquele tempo não havia verbas específicas para parques desse tipo.

Figura 1: Fragmento do desenho dos projetos para os espaços livres públicos para a nova avenida Hélio Pellegrino (1993), com marcas do papel dobrado, da época em que se usavam cópias heliográficas e não havia plotagens, tampouco arquivos digitais.



Fonte: arquivos da autora

O discurso do sanitarismo justificava através do combate à insalubridade essas medidas de desafetação e apresentava as obras de canalização como solução para tal situação, somando-se ao sistema viário projetado como sinônimo de progresso urbano. Tal alegação era inegável, visto que a estatísticas sobre doenças advindas de veiculação hídrica decorrentes das enchentes era de fato assustadoras nesses locais de inundações comprovadas. Além disso, aproveitava-se tais obras para “desafetar” as áreas, removendo barracos e habitações irregulares de terrenos públicos anexos, para que servissem como canteiros de obras ou instalações anexas aos canteiros, criando diversas situações de gentrificação, como no caso acima.

2.2.2 Os primeiros passos, no córrego Tiquatira (obras...1987-1988), o primeiro parque linear paulistano

A lei, ora a lei....

Em 22 de setembro de 1987 a câmara de vereadores em São Paulo aprovou a Lei ordinária n. 10.365, que disciplinava o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo. Esta lei foi regulamentada em 1988 pelo Decreto municipal n. 26.535. Diante dessa necessidade legal, as obras planejadas necessitariam da obtenção de autorização para o corte ou poda das árvores, especialmente as árvores de grande porte, a serem estudadas caso a caso. Por nossa orientação fomos privilegiando o estudo das condições potenciais de transplante dos exemplares catalogados em cada local de futuras obras, com as localizações exatas de cada exemplar, aproveitando-se a presença da topografia das obras em campo. Tais árvores foram reaproveitadas no próprio local, com suas localizações previamente definidas por esta arquiteta-paisagista, que visitava constantemente as futuras obras.



Desta forma, iniciou-se uma trajetória marcada pelo respeito aos indivíduos vegetais presentes em cada área de intervenção, o que não fazia parte da cultura daquele tipo de obras anteriormente. Além disso, o reaproveitamento em espaços adequados, proporcionaram sombreamento e economia de tempo e verbas, pois eram já árvores adultas. Parece algo tão obvio para os dias de hoje, mas naquele momento era uma grande conquista!

A obra viária e de canal aconteceram pela dotação orçamentária da antiga Secretaria de Vias Públicas /SVP, e, além disso, ainda nem existia em São Paulo uma Secretaria Municipal ligada ao Meio Ambiente, criada muito depois, somente em 1993/1994, como SVMA- Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo⁷. A Secretaria municipal de Infraestrutura urbana que substituiu a SSO- Secretaria de Serviços e Obras, por sua vez, foi criada somente em 2018 na cidade de São Paulo.⁸

Isso significava que não havia dotação orçamentária para o plantio de árvores ou projeto executivo de parque público associado a essas obras de SVP, visto que esta seria uma função do Departamento de Parques e Áreas Verdes / DEPAVE, pertencente a SSO-Secretaria de Serviços e Obras.

O DEPAVE nos informava, ao final de década de 80, ser impossível naquele momento realizar ou dotar verbas para o projeto, pois não era comum a terceirização para a feitura dos projetos públicos, e tal Departamento contava com equipe muito reduzida de profissionais, entre arquitetos e agrônomos, para os projetos e manutenções de parques, com muitas atividades já planejadas para aquele ano. No entanto, em relação ao cercamento, haveria condições de se fornecer uma metragem limitada de gradil padrão parque, no mesmo padrão que é utilizado até os dias de hoje pela municipalidade.

Em função dessas circunstâncias, decidiu-se então dentro da equipe GEPROCAV-PROCAV 1 delimitar três áreas funcionais no futuro Parque Tiquatira, a partir de reuniões com a vizinhança realizadas e organizadas na obra, por ordem do prefeito, que também, admiravelmente, participou de uma delas para ouvir pessoalmente as demandas e desejos da comunidade.

Essas reuniões aconteceram em escolas públicas e uma delas na rua, como moradores vendo painéis dos desenhos do projeto contratado e também incentivada a participação da população em alguns mutirões de plantio, na verdade simbólicos, para que houvesse uma forma de educação ambiental em relação aos exemplares arbóreos que seriam ali depositados, para que não fossem destruídos, pois naquela época era muito comum o vandalismo sobre mudas recém plantadas em áreas públicas e calçadas.

A contratação do escritório Sergio Teperman foi efetivada pelo GEPROCAV- Grupo Executivo do PROCAV, para um estudo preliminar geral e para o projeto executivo das três áreas específicas, sendo elas: de um auditório tipo anfiteatro grego ao ar livre, outra com três edifícios

⁷ [Lei nº 11.426 de 18 de outubro de 1993](#) - Cria a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA; cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, e dá outras providências

⁸ Decreto municipal nº 58.182, de 9 de abril de 2018. Altera a denominação da Secretaria Municipal de Serviços e Obras, transfere o Departamento de Iluminação Pública – ILUME para a Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais e modifica a vinculação do Serviço Funerário do Município de São Paulo – SFMSP.



(administrativo, malha e bocha) no extremo da obra próximo a AV, São Miguel e uma praça pavimentada em mosaico português no centro do futuro parque, desejos da população.

Após o projeto, onde foram coordenadas todas as interfaces por esta arquiteta-paisagista que aqui escreve, e lembro que, em seguida, fui enviada às obras para a fiscalização da execução dos edifícios, auditórios e praça, onde foi por nós coordenada toda a implantação do restante dos espaços verdes, equipamentos e áreas de caminhada do futuro parque, trabalhando com esboços e detalhamentos próprios para diversas áreas complementares, onde não havia projeto executivo, baseada no plano geral que havia sido entregue pelo escritório contratado.

Em relação ao processo da arborização, uma parte das mudas foi fornecida pelo Viveiro Manequinho Lopes e a outra foi fornecida pela AR Penha (Administração Regional da Penha), hoje chamada “Sub-prefeitura da Penha”. Foram aproximadamente duas mil mudas, plantadas por 6 jardineiros da Administração Regional durante três meses, com grande empenho, ao final das obras civis. Não havia verbas para gradil. Fui autorizada a fazer reunião com o diretor do DEPAVE como representante do GEPROCAV/PMSP. Então solicitamos e obtivemos o cercamento da área dos prédios com o gradil tipo parque, pago com as verbas desse Departamento, que fazia parte da antiga SSO- Secretaria de Serviços e Obras.

Em 1988, o Parque Tiquatira foi inaugurado, com um belo churrasco. E não faltou a feijoada da Associação dos moradores locais. No entanto...havia uma chave para trancar o portão dos gradis de uma área cercada e ficou a seguinte questão: quem ficaria com as chaves? A obra era da SVP-Secretaria de Vias Públicas, o gradil do DEPAVE, as mudas da AR Penha e DEPAVE, a iluminação de ILUME, departamento da SSO e etc....quem tomaria conta da área? Não existia ainda a SVMA-Secretaria Municipal do Verde... e a chave ficou com a antiga Administração Regional da Penha.

Ocorreu que o parque não existiu oficialmente desde aquela data, pois não seguia o padrão convencional de uma área totalmente cercada, estando lindeiro a uma avenida de fundo de vale, conforme o projeto original. Somente em 1994, com a criação da SVMA-Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da prefeitura da cidade de São Paulo e diversas alterações na estrutura administrativa da prefeitura de São Paulo, foi possível o reconhecimento oficial da área lindeira ao córrego do Tiquatira como um parque público, nosso primeiro “parque linear” paulistano.

Desta forma, alguns pesquisadores mais recentes, buscando apenas parte da documentação oficial centralizada em SVMA e nisso baseados, citam diversas datas de fundação de parques lineares que já existiam na prática e para a população, como, por exemplo, no caso do Córrego Mongaguá, aberto em 1992, com projeto de minha autoria e depois reformado por SVMA -São Paulo, em 2007-2008, segundo projeto de autoria de nosso escritório, então considerado aberto somente em 2011, por tabulação apresentada em artigo (Vide NAGANO, W; GONÇALVES, F, 2018), o que, na verdade é apenas um reflexo da situação de fragmentação dos documentos disponíveis sobre este período de transição aqui tratado, e que buscamos elucidar brevemente através deste relato.

O fato é que, através de pequenas ações e sugestões, deu-se ali uma inovação de fato, passo a passo, rumo aos nossos primeiros parques lineares oficiais, espaços cotidianos que revolucionaram a forma de viver dos habitantes da nossa cidade em alguns lugares da periferia.

O importante, naquele tempo, é que a população, que havia participado das discussões e de todo o processo, os reconheceu como parques de vizinhança e deles cuidou com carinho, durante todos estes anos, absorvendo as áreas em seu cotidiano como parte de sua Paisagem afetiva. E a palavra Tiquatira, em tupi-guarani significa: “em harmonia com a natureza”!



Figura 2: Parque Tiquatira, 2005 Figura3: Foto dos transplantes no Tiquatira, 1987



Fonte: arquivos da autora

Dentre estas pioneiras experiências tivemos depois, sob a gestão da Prefeita Luiza Erundina (1989-1992) as inaugurações das avenidas e espaços livres públicos dos córregos Cabuçu de Baixo, Lauzane (denominada Av. Direitos Humanos a pedido das comunidades lindeiras), uma outra avenida ao longo do córrego da Móoca, situada na Vila Prudente e com todos os espaços livres públicos sob projeto do DEPAVE, coordenado pelo GEPROCAV e depois, com projeto nosso, as Avenidas ao longo do Córrego Jaguaré (depois denominada Av. Escola Politécnica), a Avenida do Morro do S, na região de Campo Limpo, onde se inauguraram as duas primeiras pistas de skate de nossa cidade, além da Av Hélio Pellegrino, e, finalmente, a avenida ao longo do córrego Mongaguá. Em todas as situações, houve reuniões com a população e participação ativa na apresentação de desejos das comunidades.

No caso da Av. Hélio Pellegrino, ao longo do Córrego Uberaba, a canalização deu-se do modo tradicional, escondendo o curso d'água no subsolo. Ali, naquela situação, anteriormente precária e tão adjacente a áreas tão nobres da cidade, nas redondezas do Ibirapuera, a resolução das inundações com o saneamento, benéficos, trouxeram os inevitáveis processos de gentrificação (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006) que foram quase imediatos. No entanto, ainda restavam alguns esforços, como a construção da quadra de bocha e malha para a comunidade de idosos e as praças e tratamentos paisagísticos ao longo de todo o novo eixo da AV. Helio Pellegrino e vielas, conforme as ilustrações abaixo.

Figuras 3 e 4: Córrego Uberaba, Av. Helio Pellegrino - a construção das quadras de bocha e malha e cenário em 1992 com mudas recém plantadas,



Fonte: arquivo de fotos da autora



Figuras 5 e 6: imagens do tratamento paisagístico das áreas residuais e vielas, 1992/93

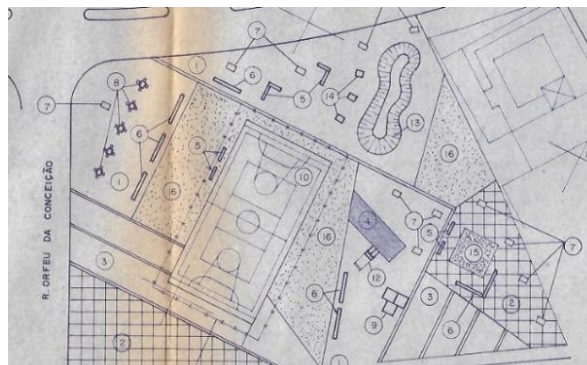


Fonte: arquivo de fotos da autora

Córrego Morro do S

Na periferia do extremo sudoeste da cidade, no bairro do Campo Limpo, caminho para o município de Taboão da Serra, local de muita violência e pobreza na década de 90, foi executada a obra de canalização do Córrego Morro do S, onde conseguimos implantar diversas áreas de lazer e esportes para a população da vizinhança, e até atender a um pedido muito especial de um grupo muito ativo da juventude do bairro: uma pista de skate!!! Uma pesquisa e esforço pensar este projeto executivo, mas ele aconteceu... em 1993!

Figura 7: Fragmento do desenho do plano geral da praça esportiva com a pista de skate, 1993



Fonte: arquivos da autora

Conhecida hoje como Pista “Skate Bowl Arariba”, Campo Limpo, ainda hoje muito utilizada e presente pelas postagens animadas no Youtube. Está localizada na Avenida Carlos Caldeira Filho e, note-se, foi a primeira pista de skate em tamanho e formato oficial da cidade de São Paulo. (<https://www.youtube.com/watch?v=Vn8GlsKLEZ8>) .

Córrego Mongaguá

Situado no extremo leste da cidade, em área muito distante do centro, marcada pelas inundações e precariedade. Ali se conseguiu implantar a tão desejada canalização trapezoidal e os nossos projetos utópicos foram plenamente executados, e funcionou desde 1993.

Essa era a tal forma de canalização pioneira, preconizada por ZUCCOLO, em formato trapezoidal e com contenções executadas em gabiões, que permitiram maior permeabilidade e menores velocidades das águas, prevenindo inundações a jusante. Observem nas Figuras abaixo.

Figura 8: Parque linear Mongaguá parque linear na Zona Leste, visão (mosaico) , para os estudos da reforma de 2008



Fonte: Google Maps, 2007

Figuras 9 e 10: Projeto paisagístico de 1992, executado na época, com aproveitamento de gabiões da obra para muretas e os primeiros pisos intertravados coloridos da América do Sul – situação fotografada em 2007, antes da reforma realizada em 2008 pela SVMA e também sob a nossa autoria.



Fonte: arquivos da autora

De fácil manutenção e excelente qualidade de implantação na época (1992-1993) os pisos intertravados foram assentados sobre colchão de areia com especificações do projeto original, que considerou como partido também o conceito de maior permeabilidade para os passeios urbanos em implantação nessa avenida de fundo de vale. Ali também foram executadas, conforme o projeto, muitas áreas de estar, lazer e descanso para a vizinhança por cerca de 2 quilômetros de extensão. O parque Mongaguá sofreu uma reforma em 2008, sob novo projeto da autora, com verbas provenientes de TCA - Termo de Compensação Ambiental, pela SVMA.

Como partes desse primeiro período, poderíamos aqui apresentar e descrever ainda os projetos dos espaços livres das áreas lindeiras aos Córregos Cabuçu de Baixo, Lauzane, Jaguaré, Morro do S, da Móoca, que foram desenvolvidos entre os anos de 1989 e 1994, dentro do PROCAV 1. No entanto, não teremos tempo nem espaço para tanto. Registre-se que estão guardados muito desenhos e muitas memórias daquele momento pioneiro, das minhas primeiras oportunidades de agir em prol de nossos habitantes, deixando alguns lugares mais cuidados e “curados” por uma certa “acupuntura urbana”, como diria o urbanista Jaime Lerner (LERNER, 2003).

Dentro deste leque de experiências, um verdadeiro balão de ensaios, se formulou a idéia do Programa de Recuperação de Ambiental e Social dos Fundos de Vale, através da proposição de ações integradas entre diversos departamentos da prefeitura e organização de ações pela gestão técnica da empresa de consultoria onde trabalhávamos. Assim, foi se criando o ambiente para mudanças maiores que ocorreriam depois, a partir das próximas gestões, com verbas destinadas, pela criação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, em 1994, possibilitando um segundo conjunto de parques lineares, mais recente, dentro de um programa instituído a partir dos anos 2001.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi um esforço para traçar um relato, para que seja guardado entre gerações, pois, apesar de não termos tantas facilidades tecnológicas naquele período de transições, foi criado forte arcabouço legal e instrumentais que facilitaram nossos trabalhos, que de certa forma abriram alguns caminhos, ainda longos, e não finalizados, para a facilitação do Direito à paisagem, através dos direitos à qualidade ambiental, direitos humanos previstos de uma forma mais plena para nossos habitantes urbanos do Brasil. E temos acompanhado com certa preocupação, especialmente a partir de 2018, sinais de esforços para o retrocesso de nossas conquistas, percebidos pelas mudanças legais e pelos artifícios inseridos em diversas situações em que nossas legislações tem sido alteradas para flexibilizar certas situações, onde, aos poucos, vai se minando todo o arcabouço que nos permitiu realizar tantas ações pelo patrimônio público.

5 REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS. “O ano mágico”. IN AARÃO REIS, D.; MORAES, P. 1968 - a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Editora FGV,2008 (4ª edição). PAGES. 19-63
- BOTELHO, M.H.C. **Águas de chuva: engenharia das águas pluviais nas cidades**. São Paulo: Edgard Blucher,1985. (1ª edição)
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade – dos processos de gentrificação às políticas “de revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Anna Blume, 2006.
- CASTRO, A.C.V de. **Parâmetros para a ocupação sustentável de áreas de fundo de vale no meio urbano- o caso da bacia hidrográfica do córrego Jaguaré. (Tese de Doutorado)**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2020.
- GOMES, C.M.B; CHIESA, P. **Sistema de espaços livres em Curitiba: tradição, posturas e práticas locais**. IN *Discutindo a paisagem*. KAHTOUNI, S.; MAGNOLI. M. M; TOMINAGA, Y. (orgs) (pags.143-170). São Carlos: RIMA, 2006.
- KAHTOUNI.S **Cidade das águas**, São Carlos: RIMA, 2004.
- LEBFÉVRE, H. **O direito à cidade**. (5 Ed). São Paulo: Centauro, 2008
- LERNER, J. **Acupuntura urbana**. Porto Alegre: Record,2003.
- NAGANO, W; GONÇALVES, F.M. **A experiência paulistana em parques lineares**. IN *Paisagem e Ambiente*. Ensaios. n 42. Pags.99-115. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- PROOST DE SOUZA, S.K. **Sistemas de engenharia como fatores de mutação ambiental e paisagística o rio Tietê a oeste da metrópole. (Dissertação de mestrado)**. São Paulo: FAUUSP, 1993.
- TOMINAGA, Y. **A gestão dos espaços livres públicos: relato de uma experiência**. IN *Discutindo a paisagem*. KAHTOUNI, S. MAGNOLI. M.M, TOMINAGA, Y. (orgs). pags.171-190. São Carlos: RIMA 2006.
- ZUCCOLO, R, M. **Algo do Tietê hoje: leito, várzea e afluentaba**. São Paulo: Nova Bandeira, 2000.